

projetos premiados

# Os critérios

# da premiação

O prêmio TI & Governo foi criado pela Plano Editorial, responsável pela publicação do Anuário TI & Governo, com o objetivo de divulgar e estimular as melhores iniciativas de governo eletrônico. Os 20 projetos premiados foram escolhidos por seu caráter inovador — pelo impacto que produziram na administração pública, com a melhoria dos processos, a redução de custos, o ganho de qualidade, o aumento de segurança, a oferta de novos serviços, a melhoria no atendimento ao cidadão, a qualidade dos serviços prestados, a transparência — e por sua relevância social.

Para classificar os projetos foram criadas três categorias:

**e-Serviços Públicos** – nessa categoria foram avaliados os portais, serviços de Internet e os serviços prestados por outros meios eletrônicos, como telefone celular; a integração na prestação de serviços (de um governo até o ciclo de vida); as lojas de atendimento (*one-stop shops*); e as centrais de atendimento (*call centers*).

**e-Administração Pública** – foram enquadrados nessa categoria os serviços de suporte digital à elaboração e implementação de políticas públicas; suporte à tomada de decisão dos gestores públicos; comunicação interna e *workgroup*; eficiência interna de processos (compras, viagens, acompanhamento de processos, recursos humanos, controle de receitas, controle de despesas, acompanhamento do planejamento governamental); e integração de políticas entre as várias esferas de governo.

**e-Democracia** – nessa categoria foram classificados os projetos desenvolvidos para prover a comunicação Estado/ Cidadão; comunicação entre os participantes do processo político; transparência e *accountability* (responsabilidade); e suporte a processos eletivos ou de consulta. A inovação foi avaliada sob os aspectos *incremental* (com notas variando de 1 a 5); *transição* (notas de 3 a 10) e *radical* (notas de 7 a 20). A pontuação, maior ou menor, foi dada de acordo com o impacto provocado no trabalho, ou relacionamento com clientes, do órgão ou de seus departamentos. Foram premiados os projetos que obtiveram a melhor pontuação, na soma total dos jurados.

## Comissão julgadora

O júri que escolheu os 20 projetos premiados nesta edição, dentre os 53 inscritos, foi presidido pelo consultor Solon Lemos Pinto, diretor de negócios da Brisa para a área de governo, e ex-secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento. A comissão julgadora foi formada por: Norberto Torres, professor titular da Fundação Getúlio Vargas e diretor do TecGov (Centro de Estudos em Tecnologia da Informação para Governo); Maria Alexandra Cunha, professora da PUC do Paraná, na cadeira de Gestão da Tecnologia da Informação, e doutora em Administração de Empresas pela USP; Armando Dal Colletto, consultor e professor da FASP (Faculdades Associadas de São Paulo); e Vanda Scartezini, sócia da Polo Consultores Associados e membro do *board* da Ican (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers).